

PERSPECTIVAS DA SEGURANÇA INTERNACIONAL SUL-AMERICANA PÓS GUERRA FRIA: COMUNIDADE DE SEGURANÇA OU PAZ VIOLENTA

*PACCOLA, Marco Antonio Bestetti*¹

Resumo: A região geográfica que compreende a América do Sul, composta por treze países e três dependências, é considerada atualmente pelas Relações Internacionais (RI) como uma zona de paz, o que corresponde a dizer que esta região encontra-se isenta, ou praticamente livre de conflitos armados. Ainda, segundo alguns teóricos das RI, nesta região observa-se uma incipiente, porém bem encaminhada Comunidade de Segurança². Diante desta definição, o presente artigo pretende levantar questionamentos acerca da existência de uma Comunidade de Segurança na América do Sul, como apontam alguns teóricos e das perspectivas futuras para as relações entre as nações deste território, diante das recentes turbulências que vem reconfigurando o sistema internacional.

Palavras-Chave: Segurança Internacional, Comunidade de Segurança, Paz violenta, Conflitos.

Abstract: The geographical region that comprising South America, consisting of thirteen countries and three dependencies, is currently considered as a zone of peace by the International Relations (IR), which amounts to saying that this region is exempt, or virtually free of armed conflicts. Still, according to some theorists of RI, in this region there is an incipient, but well underway Security Community. Given this definition, this paper aims to raise questions about the existence of a Security Community in South America, as shown by some theoretical and future prospects for relations between the nations of this region, given the recent turmoil that comes reconfiguring the international system.

Key-words: International Security, Peace Community, Violent Peace, Conflicts.

Introdução

1 Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"/SP. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina/PR. E-mail: marcopaccola@hotmail.com.

2 Comunidade de Segurança corresponde à existência de uma comunidade de indivíduos integrados, de maneira que os membros desta comunidade tem seguro que os demais membros não incorrerão do uso da força para a resolução de controvérsias que possam surgir, utilizando-se de meios pacíficos para a o seu encaminhamento.

A partir do fim da Guerra Fria (1946-1991), a dinâmica internacional acerca da questão da segurança é profundamente alterada, com a ruptura do bloco Soviético e encerramento da ordem bipolar, marcada pela tensão entre as potências, a maior ameaça à segurança internacional, o risco de deflagração de um conflito em escala mundial, com a possibilidade do uso de armas nucleares é reduzida. A partir destes fenômenos, as Relações Internacionais passam a determinar outros pontos críticos e ameaças à segurança internacional. Os principais focos de tensão neste período passam a corresponder à deflagração de uma porção de escaramuças regionais, muitas delas originadas no contexto da Guerra-Fria, mas que mantiveram-se congeladas em detrimento do recrudescimento imposto pelas potências, ou ainda pelo próprio contexto de insegurança global. Com o final do conflito e afrouxamento da influência das potências no cenário mundial, as questões internas, que haviam sido mantidas em suspenso anteriormente em razão do delicado quadro de instabilidade entre as potências, passam a acentuar-se eclodindo em uma porção de conflitos no período seguinte. É verdade, porém, que o fim da Guerra-Fria significou uma mudança do contexto internacional, para um quadro de maior estabilidade entre os países, atenuando o sentimento de constante insegurança e ameaça internacional, contudo, no âmbito intraestatal, observou-se um crescimento do número de conflitos (WALLENSTEEN, 2007 p. 85).

Dentro deste panorama, a situação na América do Sul fortalece o argumento de Wallenstein, a respeito da ocorrência de um surto de conflitos oriundos de questões intraestatais, suprimidas pelas potências no período anterior, e que agora emergem como ameaça a estabilidade do sistema mundial.

A primeira constatação importante surgida da análise dos dados e das informações levantadas acerca dos conflitos ocorridos na Região é que o continente americano está longe de ser uma região pacífica, pelo menos não na acepção que define a paz como a ausência de conflitos. No período de 18 anos (entre os anos de 1991 e 2009) foram identificados 18 eventos políticos em âmbito internacional, caracterizados por choques de posições entre coletividades, todos eles ocorridos em países latino-americanos e caribenhos. Nessa conta considerou-se tanto conflitos interestatais como os conflitos intra-estatais que, por sua gravidade ou repercussão no plano internacional, tenham requerido a intervenção, lato-senso, de outros países ou de

organizações internacionais para o seu encaminhamento. Vale mencionar, ainda, que dos conflitos considerados, mais da metade tinham países sul-americanos com uma das partes contendoras. Quanto à natureza dos conflitos, assim como observado em outras partes do mundo, no período do pós-Guerra Fria, no Continente americano predominaram os conflitos intra-estatais. (XAVIER, 2011. p. 148)

A verificação de uma grande incidência de conflitos na América do Sul, a partir do final da Guerra Fria, indica um relaxamento da posição americana em relação à manutenção da estabilidade no continente. Eliminado o “risco” de um redirecionamento da região no sentido do socialismo, com a hegemonia americana profundamente consolidada a partir de sua soberania financeira, política e ideológica, e com a adesão de grande parte do mundo ao modelo neoliberal, os Estados Unidos alteraram o arranjo pelo qual operam a sua dominação, passando a valer-se mais do Soft-Power³ como forma de garantir sua posição, o que não excluiu a utilização da força (hard-power), como método de ação da hegemonia americana no mundo. Na realidade a mudança do contexto pós-guerra fria, abre uma maior possibilidade de intervenção direta por parte dos Estados Unidos nos conflitos ou questões pertinentes à sua Política Externa, dada a predominância deste país no cenário global e a inexistência de outro ator com poder suficiente para contrabalancear esta dominação.

Apesar desta brecha, os Estados Unidos percebem que a manutenção de um grande aparato de dominação em escala global, baseada no método do hard-power, com altos custos econômicos, políticos e sociais para este país, tornara-se menos necessário do que no período anterior, podendo ser substituídos por métodos mais brandos e menos custosos, porém não menos eficazes. Diante deste fenômeno, os países sul-americanos passaram a ter maior autonomia no gerenciamento das questões de segurança no âmbito regional (OLIVEIRA & ONUKI, 2000. p. 110), o que culminou em uma porção de tratados no sentido de solidificar a paz na região

³ O conceito de Soft-Power e Hard Power, utilizados primeiramente pelo cientista americano Joseph Nye, indicam o método de atuação pelo qual um determinado ator se vale para participar das relações internacionais. O soft-power, remete ao método de intervenção diplomático, cultural, ideológico, representando uma forma de atuação mais branda. Hard-Power remete ao método de atuação apoiado pela utilização do aparato militar, econômico, significando uma ação mais dura.

através da integração dos países membros. Estes tratados constituem o cerne das interpretações acerca da existência de uma Comunidade de Segurança Sul-Americana.

Entre os diversos tratados na América do Sul, podemos destacar os mais conhecidos, ou que obtiveram maior dimensão em seus resultados. O Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Comunidade Andina, o Tratado de Cooperação Amazônica e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Os tratados diferem com relação aos seus objetivos, estrutura interna, motivações etc. Contudo, observa-se a integração regional como elemento fundamental na concepção de todos eles. Ainda que de forma incipiente, podemos observar nestas tentativas de integração regional, o objetivo de autodeterminação dos países da região, ante a pesada influência dos Estados Unidos como principal ator internacional, historicamente presente na orientação das questões dos países da América. Os tratados do período pós-guerra fria, ou que ganharam maior autonomia neste período, buscam, portanto, ser uma alternativa Sul-Americana para a maciça influência norte-americana na região.

Comunidade de Segurança na América do Sul?

Após os atentados terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos, a orientação deste país em relação à segurança internacional é novamente alterada. A conhecida Guerra ao terror desempenhada por este país, e a sua auto-obrigação de levar a democracia para o restante do mundo, determinaram a nova configuração da Política Externa americana pós 2001, o que significou um relaxamento ainda maior na condução dos acontecimentos no território sul-americano.

Apesar dos tratados, com o afrouxamento da supervisão americana sobre a região, diversos conflitos de menor magnitude escalaram para conflitos armados, com consequências para a segurança da região, como aponta a Tabela 1. Entre os conflitos observados na América do Sul pós-guerra fria, os conflitos internos estão no topo dos motivos para a eclosão de agressões. Estes dados demonstram que a América do Sul seguiu a mesma lógica do restante do mundo, com o encerramento da guerra fria, trazendo a tona uma porção de conflitos menores que mativeram-se

estáticos ou suprimidos durante este período.

TABELA 1. Principais Conflitos na América do Sul pós-guerra fria- causas e naturezas.

Conflito	Início	Causa Principal/Acontecimento desencadeador	Classificação quanto à causa do conflito	Classificação quanto à natureza do conflito
1 Peru	1992	Dissolução do Congresso, suspensão da Constituição e fechamento dos tribunais pelo presidente Alberto Fujimori.	Crise Institucional	Intraestatal
2 Peru/Equador	1995	Disputa pela região do Rio Cenepa	Disputa territorial/ fronteira	Interestatal
3 Paraguai	1996	Tentativa de deposição do presidente Juan Carlos Wasmosy.	Crise Institucional	Intraestatal
4 Equador	2000	Dissolução do congresso e da suprema corte e deposição do presidente Jamil Mahuad	Crise Institucional	Intraestatal
5 Nicarágua / Colômbia	2001	Apresentação pela Nicarágua de demanda junto à CIJ/ONU para que esta determinasse sua soberania sobre o arquipélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina.	Disputa Territorial ou fronteira	Interestatal
5 Venezuela	2002	Tentativa de deposição do presidente Hugo Chávez.	Crise Institucional	Intraestatal
6 Equador	2005	Impeachment do presidente Lúcio Gutiérrez.	Crise Institucional	Intraestatal
7 Argentina / Uruguai	2006	Bloqueios de rotas de ligação entre Uruguai e Argentina por grupos ambientalistas e autoridades provinciais argentinas com o objetivo de paralisar a construção de duas “papeleras” em Fray Bentos (Uruguai).	Disputa territorial ou fronteira	Interestatal
8 Bolívia	2008	Embates entre o governo do presidente Evo Morales e a	Crise Institucional	Intraestatal

		oposição quanto a nova Constituição e as autonomias departamentais.		
9 Colômbia / Equador	2008	Incursão não-autorizada de forças militares da Colômbia ao território equatoriano a fim de combater as FARC.	Questão Transnacional 1	Interestatal

Fonte: XAVIER (2011, p. 150)- Edição do Autor.

Os dados apontam para uma grande quantidade de conflitos nos últimos anos nesta região, o que corrompe a tese de existência de uma Comunidade de Segurança Sul-Americana. Além disso, diversas outras tensões interestatais, que não se deflagraram em conflitos armados, representam pontos de fragilidade para a segurança dos países da região, entre elas podemos destacar: A situação delicada entre Brasil e Bolívia acerca da exploração de gás natural neste país pela estatal brasileira “Petrobrás” e ainda devido a questões fronteiriças deflagradas pela presença de fazendeiros brasileiros em território boliviano; Os conflitos geopolíticos caracterizados pela demarcação de fronteiras da região amazônica; Conflitos fronteiriços entre Brasil e Paraguai acerca da situação dos “brasiguaios”⁴; Demarcação de fronteiras na região do Triângulo do Novo rio entre Peru e Equador; Demarcação e controle fronteiriço entre Venezuela e Colômbia e entre a Venezuela e Guiana; Além do histórico dilema boliviano a despeito da saída para o Pacífico, envolvendo este país e o Chile (COSTA, 2009, p. 13)

Outro aspecto importante ao considerarmos a região sul-americana como uma Comunidade de Segurança é, a ainda forte presença dos Estados Unidos como ator externo no direcionamento da política regional de segurança, como fica evidenciado pelo grande número de bases militares americanas na região, o que dificulta a conformação de uma comunidade diante da presença de um poder externo influenciando as decisões dos países e alterando a configuração de poder da região.

Desta forma, a tese de uma Comunidade de Segurança na América do Sul

⁴ Termo utilizado para denominar os fazendeiros brasileiros instalados em território Paraguaio na região de fronteira com o Brasil. A presença dos brasileiros em território paraguaio gera conflitos com relação à regularidade da posse sobre as terras.

torna-se insustentável, as evidências apontam, ao contrário, para uma situação de instabilidade e fragilidade nas relações entre os países da região, apesar de esta situação não conduzir à eclosão de conflitos duradouros ou em grandes escalas, mas desenvolver-se através de pequenas escaramuças periódicas, não caracterizadas como guerras convencionais, porém mais ajustadas ao conceito de paz violenta⁵.

É exatamente esta peculiaridade, existente na região, que, a despeito do seu desenvolvimento conflituoso, não converge à incidência recorrente de Guerras, no sentido tradicional do termo, que pode ter induzido os teóricos a uma percepção equivocada da realidade sul-americana como uma região pacífica. Se considerada em relação ao padrão observado nos países europeus, a Guerra toma características diversificadas dos conflitos observados na América do Sul. Esta comparação entre as regiões, máscara a tempestuosa realidade sul-americana, pois deixa de considerar uma porção de conflitos, como os destacados anteriormente, devido à sua dimensão reduzida em relação ao número de mortos a intensidade da força utilizada, ou de países envolvidos. Compreende-se, portanto, a existência de um modelo diferente no desenvolvimento dos conflitos sul-americanos. Se comparado com o modelo europeu ou norte-americano, este caracteriza-se pela incidência de pequenas, porém constantes, “convulsões” violentas entre os países da região (SEBBEN, 2011, p. 101)

Apesar de diferente, o modelo sul-americano parece não constituir uma forma mais pacífica ou menos instável de conduzir as relações entre os países da região.

O modelo de paz violenta na América do Sul.

Segundo David Mares (2001, p. 43), o conceito de Paz Violenta, caracterizado pelo modelo sul-americano de condução dos contenciosos, é determinado por uma situação de instabilidade política regional, consubstanciada pelo relativo equilíbrio de poderes entre os atores. A esta configuração específica, soma-se a fragilidade das instituições democráticas e, por conseguinte, das

⁵ Violent Peace. O conceito foi utilizado pela primeira vez por David Mares (2001) para determinar a condição de instabilidade da segurança na região da América do Sul.

ferramentas pacíficas para a resolução de conflitos. Segundo o autor, as formas pacíficas de resolução de conflitos, encontram-se pouco desenvolvidas na América do Sul, em parte devido à própria configuração histórica da região, que se manteve durante longo período, sobre a supervisão rígida dos Estados Unidos, suprimindo os conflitos e mantendo a estabilidade regional como forma de assegurar a sua influência no continente. Desta forma, a América do Sul do pós-guerra fria, encontra-se desprovida de um aparato institucional apto para lidar com os diversos conflitos da região, o que acaba propiciando a escalada destes conflitos para formas violentas de disputas. Além disso, inexistente neste contexto, o que alguns autores denominam como cultura de não agressão, caracterizada por uma tendência dos países a evitarem os conflitos armados e sempre buscarem formas pacíficas de resolver seus conflitos.

Para Mares, os conflitos violentos nesta região, são determinados por um cálculo político-estratégico dos atores envolvidos, onde são consideradas cinco variáveis específicas:

- A **estratégia Político-militar**; vai variar de acordo com a natureza e causas do conflito, determinando a forma de o país abordar a questão.
- O **balanço estratégico**; corresponde aos recursos disponíveis para se aplicar a estratégia Político-militar adequada ao conflito.
- As **características da força usada**; remete aos impactos internos da deflagração de um conflito, os custos sociais e econômicos e ainda o tipo específico de força a ser utilizada.
- A **aceitabilidade dos custos**, diz respeito aos custos com a escalada do conflito e a aceitação destes pela base governamental.
- E a **accountability**, refere-se ao custo político a ser assumido pelo governante diante de suas ações, tendo este que responder por estas, mesmo que indiretamente, com apoio ou reprovação do povo.

Diante destas variáveis, o autor estabelece que, no cálculo dos conflitos, onde os três primeiros fatores, juntos, correspondem a um custo menor que a diferença entre os dois últimos, a possibilidade do uso da força torna-se uma probabilidade. É

evidente que o cálculo estabelecido encontra-se sujeito a erros, uma vez que, ao se tratar das relações entre seres humanos, o aspecto da imprevisibilidade deve sempre ser considerado como um importante aspecto, contudo, a equação parece indicar um importante mecanismo para compreendermos as motivações ou constrangimentos ao uso da força nos conflitos dentro do contexto sul-americano. De acordo com a teoria, se os custos econômicos e sociais com a aplicação da estratégia escolhida e os impactos internos deste conflito, não excederem a capacidade de governar das lideranças de determinado país, confrontada com a necessidade de assumir a responsabilidade por esta ação, então torna-se provável que este governo utilize a força para resolução do conflito.

O que o autor aponta na realidade, representa um cálculo de custos e benefícios diante da utilização da força como mecanismo de resolver uma disputa, este cálculo deve variar de acordo com a natureza da disputa, o modelo de governo dos países envolvidos, a relação de forças entre estes etc. Contudo, quanto menores as possibilidades de se alcançarem resoluções pacíficas, por meio de instituições consolidadas, cresce a tendência ao uso da força. Por este motivo há grande incidência destas conflagrações violentas entre os países sul-americanos

A região em questão é marcada pela fragilidade das instituições democráticas, o que enfraquece as democracias dos países na região. O mau funcionamento das instituições diminui as possibilidades de resolução dos conflitos e fazem crescer os custos das soluções negociadas. Este fato estaria ainda, na raiz dos altos índices de conflitos intraestatais, uma vez que possibilita e até fundamenta contestações e disputas relacionadas à legitimidade do poder nestas sociedades.

Além dos diversos aspectos apontados como forma de substantiar a tese de existência do contexto de paz violenta na América do Sul, observa-se atualmente nesta região, o acirramento das relações de poder entre os países, através da deflagração de uma velada, porém real, corrida armamentista na região (SEBBEN, 2011, p. 98).

Ainda com relação ao tema da segurança regional, cabe mencionar que também aqui tem se refletido em graus variados o vigoroso processo de retomada da corrida armamentista mundial nos últimos anos. Após aproximadamente um curto período de relativa estabilidade, que grosso modo, coincide com a década de

noventa, as mudanças na política internacional, impulsionadas pelo comportamento dos EUA após o 11 de setembro de 2001, disseminou um ambiente de conflitos potenciais e reais. Com ele, aumentaram as instabilidades e as incertezas em todo o sistema internacional, aí incluída a América do Sul, apesar da sua situação periférica com relação ao core área em que se desenvolvem no momento os eventos de explícita beligerância. Coincidindo com esse novo quadro mundial, os países da região também têm empreendido nos últimos anos diversos planos de reaparelhamento e modernização dos seus meios de defesa. De modo geral, eles têm envolvido operações de aquisição no exterior concentradas em blindados, aviões de combate, mísseis, destroyers, fragatas e submarinos. (COSTA, 2009, p. 21)

A corrida armamentista na América do Sul, como aponta Costa, foi influenciada pelos acontecimentos no âmbito da Segurança Internacional, deflagrados pela mudança da postura americana diante dos atentados de 11 de setembro de 2001. Assim como o número de conflitos na região aumentou com a mudança de postura norte-americana, dando maior autonomia aos países sul-americanos, esta alteração abre uma brecha para o surgimento de uma possível liderança proveniente dos países da região. Desta forma a corrida armamentista é reflexo desta transformação no quadro da segurança internacional estadunidense, que contribui para o acirramento dos conflitos e a disputa pelo papel de liderança na região.

Observa-se neste contexto, o acelerado crescimento dos gastos militares dos países da região, como um indicio desta corrida armamentista. Durante o período entre os anos 2001 e 2010, o crescimento médio anual das despesas militares dos países da América do Sul, foi de aproximadamente 3,93%, uma média superior inclusive à média mundial (Folha de São Paulo, caderno Mundo. 11/04/2011). Entre os países que encabeçaram esta corrida armamentista, encontram-se principalmente aqueles envolvidos nos conflitos da região e/ou aqueles cujo potencial de liderança incentivou as despesas militares.

Contudo, os demais países da região, que não se encaixavam nesta perspectiva, passaram a identificar a necessidade de reaparelhamento de suas forças armadas, diante do crescimento do poderio bélico de seus vizinhos, o que poderia representar um enfraquecimento político de sua posição na região, e inclusive incentivar agressões à sua soberania por parte de outro país. Diante disto, os

investimentos militares ganharam uma dinâmica própria, configurando um quadro de corrida armamentista.

Entre os países envolvidos nesta corrida, podemos destacar:

1. Colômbia: Encontra-se em um quadro de conflito interno duradouro, entre as forças do governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) o que representa um elevado gasto nas despesas militares do país. Além disso, o país esteve envolvido em conflitos regionais e conta com o apoio militar e estratégico dos Estados Unidos.
2. Peru: O país se envolveu em algumas disputas regionais e também possui uma posição política mais alinhada aos Estados Unidos.
3. Venezuela: o governo implantou um projeto de modernização das Forças Armadas. O país busca representar uma alternativa sul-americana ao alinhamento com os Estados Unidos, a chamada alternativa bolivariana, lançando-se como potencial liderança do movimento de autonomia da região em contraposição ao modelo norte-americano (COSTA, 2009, p. 22).
4. Brasil: Os desdobramentos da última década colocaram o país no papel de líder potencial do sub-continente americano, situação que a política externa brasileira busca consolidar juntamente com uma maior relevância do país no âmbito global. Esta política externa pode ser visualizada diante do aprofundamento da participação do país no âmbito internacional, seja através da participação em missões da Organização das Nações Unidas (ONU), com a revindicação da inclusão do país no conselho de Segurança desta instituição, seja através do uso da diplomacia em acordos bilaterais, multilaterais, com a China, ou no âmbito do G20.
5. Chile: Este país, juntamente com a Venezuela, contrapõe a liderança política e militar do Brasil na América do Sul. O Chile é o país com maior índice de gastos militares da América do Sul, 3,25% do PIB

6 O grupo dos vinte conjuga as vinte maiores economias do mundo.

(WORLD BANK 2010). Além de contrabalancear a liderança da região, o país esteve envolvido em alguns conflitos e outras questões continuam pendentes entre este e seus vizinhos.

A corrida armamentista estabelecida entre os países desestabiliza ainda mais o complicado cenário internacional da região. Desencadeando um sentimento de insegurança entre seus membros, esta situação contribui para aumentar a tensão existente, uma vez que, mesmo que a intenção dos países ao se armar não seja o conflito, ela aumenta as propensões ao uso da força em eventuais disputas, pois reduz os custos presentes a utilização desta ferramenta política e pode ainda desestabilizar o equilíbrio de força entre os países envolvidos no conflito.

Ademais o armamento de um país induz os seus vizinhos a acreditarem que este possua intenções diretas que estejam resultando nesta política, mesmo com garantias políticas deste país com relação ao uso pacífico da força, a ação de armar-se representa um risco para os demais. Este sentimento de insegurança corrompe a formação de uma Identidade regional, e gera instabilidade com relação aos Tratados e à paz.

Caracterizada a situação de Paz Violenta existente na América do Sul, devemos questionar os motivos pelos quais esta região caminhou para este tipo específico de configuração Política apresentada por David Mares.

Considerações finais

A América Latina como um todo, e, portanto, a América do Sul, são regiões do mundo onde a formação das sociedades se deu de forma profundamente divergente das sociedades europeias e norte americana. Nestas regiões, a configuração político, econômica e social, seguiu a lógica da exploração mercantil capitalista do século XVI, concretizando nelas um caráter de regulações externas, mantidos por sua colonização posterior e sua condição de submissão ao Império. A economia, assim como a Política nestas regiões, nasce interligada de forma dependente ao capitalismo europeu. Desta forma, tarda para que a independência Política da região seja conquistada. Contudo, a independência Política não

representou uma emancipação dos países no sentido de passarem a determinarem os rumos a serem tomados em seu território, a dependência econômica destes, representou uma submissão aos ditames das políticas externas, em um primeiro momento, àquelas provenientes da Inglaterra e posteriormente dos Estados Unidos. Assim, quando a hegemonia econômica mundial é transferida para este país, entre o final do século XIX e o término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os países da América Latina, alinham-se em maior ou menor intensidade, à orientação Político-Ideológica deste país.

Durante todo este período, da incorporação do território Americano até o final da Guerra-Fria (1991) e, mais especificamente, os atentados de 11 de setembro (2001), a América do Sul esteve sob a estreita vigilância da hegemonia mundial, sendo influenciada no seu direcionamento político-econômico e até mesmo social, pela imposição de políticas advindas do exterior. Esta característica na formação das sociedades sul-americanas determinou o desenvolvimento das suas instituições, o caráter de dependência externa, moldou a região de forma a consolidar nesta um modelo Político incapaz de se autogovernar, sem a “orientação” de atores externos. Desta forma, desde o início de sua inserção mundial, a América do Sul, tem seguido os referenciais internacionais de forma que, não formou-se nesta região um corpo de instituições políticas bem desenvolvidas capaz de estabelecer um modelo realmente autônomo de Política.

Após o afrouxamento da dominação estadunidense, determinada pelos acontecimentos já mencionados anteriormente, observou-se um vácuo político no hemisfério sul do continente americano, o que contribuiu para o surgimento de pretensas lideranças para esta região, como Brasil, Venezuela e Chile. Contudo, este vazio hegemônico, apesar de representar mais uma realidade ideológica do que realmente Político-econômica, demonstrou a fragilidade da estabilidade na região. Ao perceber-se “livre” do estreito domínio de uma potência forasteira, a região mergulhou em um período de constantes conflitos internos e externos, muitos deles referentes às questões do Poder dentro dos países ou seus modelos políticos e sua legitimidade.

Fica evidenciado, portanto, que, o expressivo aumento no número de

conflitos na América do Sul, após o encerramento da Guerra Fria e o redirecionamento da Política Externa Americana em 2001, correspondem à ausência da atuação direta de um poder externo, capaz de impor a estabilidade regional aos países de forma a suprimir as controvérsias existentes entre estes, somada à fragilidade das instituições políticas regionais e a sua incapacidade na condução dos conflitos (PEREIRA, 2007. p. 2).

Além disso, a existência de um relativo equilíbrio de forças entre os países sul-americanos, onde, até o presente momento, nenhum deles desponta como potência regional, demasiadamente superior em relação aos demais, contribui para a instabilidade política da região, devido à inexistência de um poder de dominação regional que possa se impor sobre os demais, de forma a reprimir os atos de violência e uso da força na resolução dos conflitos, papel desempenhado pelos Estados Unidos até então.

Uma alternativa ao dilema da segurança sul-americana seria o surgimento de uma potência regional capaz de impor seu poder sobre os demais países, e com pretensão para liderança, desta forma, a potência poderia estabilizar a situação regional, substituindo o papel dos Estados Unidos como potência presente de forma a coibir os conflitos e ações violentas. Apesar de funcionar como árbitro nas relações entre os países, uma possível potência regional ainda estaria submetida à potência hegemônica americana, o que significa, que, os rumos da América do Sul permaneceriam atrelados ao direcionamento externo deste país. Além disso, este tipo de paz, atingida pelo demasiado desequilíbrio de poder entre os países, mostrou-se extremamente frágil a longo-prazo, pois age de forma a sufocar as questões não atinentes à política externa da potência, criando assim uma falsa estabilidade, sustentada pela coerção. Esta perspectiva parece pouco provável no curto prazo.

Ademais, pode ocorrer um novo alinhamento com os Estados Unidos, de forma a renovar o vínculo de submissão da região à política americana, caminho trilhado por países como Colômbia e Peru. Contudo, esta alternativa significaria um abandono da autonomia regional no direcionamento da política, opção pouco provável de adoção por países que almejam a consolidação de suas políticas, ou uma

posição de liderança na região, caso de Brasil, Venezuela, Argentina e Chile. Contudo, as negociações bilaterais dos Estados Unidos com alguns países podem surgir como alternativa para os países com menor poder na região, de forma a balancear sua posição nas relações com os demais. A influência americana serviria de contrapeso nas relações sul-americanas de forma indireta (SEBBEN, 2011, p. 99).

Diante deste quadro, as perspectivas para o futuro da região acerca das questões de segurança, parecem estar profundamente relacionadas ao desenvolvimento das instituições políticas, não apenas no âmbito dos países, mas também a nível regional. A criação e desenvolvimento dos tratados de integração político, econômica, militar, serão determinantes na estabilização da região, é evidente, no entanto, que tratam-se de políticas recentes e que ainda precisam ser continuamente aperfeiçoadas. Contudo indicam uma tentativa de integração ambiciosa entre os países, caso da UNASUL, que pode resultar em uma real alternativa para a estabilização regional, assentada em uma organização capaz de tratar os conflitos de forma adequada (XAVIER, 2011, p. 160). Apesar desta possibilidade real, seria preciso despender grandes esforços no sentido de consolidar e desenvolver as instituições políticas regionais, a fim de torna-las eficientes no manejo das situações.

A integração regional configura-se, portanto, como a opção mais coerente de estabilização regional, de forma a consolidar a paz na região através do desenvolvimento das instituições regionais no sentido de tratar dos conflitos de forma pacífica. Contudo, isto não significa que as relações de poder seriam extintas no âmbito das Instituições, é evidente, por exemplo, a maior influência do Brasil na UNASUL, e de outros países em outras instituições. Desta forma, a alternativa da integração, comporta em seu âmago as relações de poder entre os países da América do Sul, contudo de forma a privilegiar a via pacífica em detrimento da violência. Por este motivo, este objetivo torna-se tão complexo de ser atingido, porém ao mesmo tempo, tão almejado.

Referências bibliográficas:

ANTUNES, Claudia. **Brasil puxa alta de gasto militar na América do Sul**. Folha de São Paulo, 11 de abril 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/900980-brasil-puxa-alta-de-gasto-militar-na-america-do-sul.shtml> (acessado em: 18/07/2012).

BATISTA JR, Paulo Nogueira. “Brasil, Argentina e América do Sul”. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo. V. 19 n. 55, 2005.

CEPIK, Marco. **Segurança na América do Sul: traços estruturais e conjuntura**. Análise de Conjuntura, Observatório Político Sul-Americano n. 9, 2005

CHADE, Jamil. **Gasto militar na América do Sul cresce 50%, diz estudo**. Agência Estado, 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,gasto-militar-na-america-do-sul-cresce-50-diz-estudo,384081,0.htm> (acessado em: 18/07/2012).

.

COSTA, Wanderley Messias da. “O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração”. **Revista Confins** n. 7. 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/index6107.html> (acessado em: 16/07/2012).

HIRST, Monica. **“Atributos e Dilemas Políticos do Mercosul”**. In Cadernos do Fórum Euro-Latino-Americano. IEEI, Lisboa, 2001.

MARES, David R. **Violent peace: militarized interstate bargaining in Latin America**. New York, Columbia University Press, 2001.

NYE, Joseph Samuel. **Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à teoria e à história**. Lisboa: Gradiva. 2002.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge de; ONUKI, Janina. “Brasil, Mercosul e a Segurança Regional”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro vol. 43 n. 2, 2000.

PEREIRA, Izabela. **Conflitos sul-americanos, desarranjos e desgovernos**. 2007 In: <http://www.interpatris.org/> (acessado em: 12/07/2012).

SEBBEN, Fernando Dall'Onder. “América do Sul: comunidade de segurança ou paz violenta?”. **Revista Relações Internacionais no Mundo Atual**, Curitiba vol. 2 n. 14. 2011.

SOUZA, Antonio Augusto Vianna de. **Conflitos na América do Sul**. 2008, In: <http://www.eme.eb.mil.br/ceeex/artigos> (acessado em 15/07/2012).

TEIXEIRA Jr. Augusto Wagner Menezes. “Segurança Sul Americana e a Centralidade do Conselho de Defesa Sul-Americano para a Ordem Regional”. **Revista Meridiano**, Brasília, vol. 47. N. 117, 2010.

THOMAS, L. Percy. **Violent Peace: Militarized Interstate Bargaining in Latin America**. 2002. In: <http://www.h-net.org/reviews/showrev.php?id=6429> (acessado em: 12/07/2012).

XAVIER, Elaine Melo. 2011. “A UNASUL e a OEA na resolução de conflitos Sul-Americanos”. **Revista Século XXI**, Porto Alegre vol. 2, n. 2.

WALLENSTEEN, Peter. **Understanding conflict resolution: war, peace and the global system**. 2. ed. - Los Angeles: SAGE, 2007.